

OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E A PRECARIZAÇÃO DO SEU TRABALHO

Sonia Ribas de Souza Soares¹ – UFRGS
soniaribassoares@hotmail.com

Eixo 6 - Educação dos trabalhadores e políticas públicas (Educação Básica, Superior e Pós-Graduação)

OS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E A PRECARIZAÇÃO DO SEU TRABALHO

Este artigo procura sistematizar os fatores de precarização dos trabalhadores da educação pública de modo geral, sua materialidade, como reflexo das mudanças ocorridas no desenvolvimento do processo de trabalho, como parte da necessidade do modo de produção, de formar a força de trabalho conforme suas necessidades. Por isso, segue as regras da produção geral de mercadorias, que na realidade atual se materializa como formação precarizada para trabalhos precarizados.

Analizar os fatores de precarização do trabalho da classe que vive da força do seu trabalho, e de forma particular na educação da rede pública, implica compreender que o trabalho ocupa centralidade em nosso estudo. Isto se materializa quando Marx, já nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos (1979), coloca o “trabalho” e o papel que ele desempenha na organização da mulher, do homem e da sociedade. O Trabalho é visto como a “essência da mulher e do homem” e, ao mesmo tempo, como “trabalho alienado”. Pois em nossa sociedade atual poucos trabalhadores conseguem fazer de sua atividade laboral uma fonte de prazer, estabilidade e dinheiro. Mas a maioria encontra-se obrigada, com mais ou menos intensidade, a conviver com as várias facetas da precariedade.

Neste sentido a condição do trabalhador em educação nos remete a situá-lo, como um sujeito despossuído dos meios de produção, um trabalhador também expropriado. A condição de sua reprodução de vida depende como a de qualquer

¹ Doutoranda em Educação na UFRGS, profª da Rede Municipal de Porto Alegre e da Rede Estadual do Rio Grande do Sul, pesquisadora da Linha de Pesquisa: **Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE) da FACED/UFRGS** soniaribassoares@hotmail.com

trabalhador da venda da capacidade de trabalho. No processo de troca, ele a vende no mercado de trabalho. De acordo com as leis da mercadoria e da organização produtiva do capital, o professor não prescinde sua vida material das relações de mercado e da circulação de mercadoria. (Cunha, 2010, p. 92) Ou seja, precisa fazer circular sua capacidade de trabalho, como mercadoria, embora diferente em qualidade e forma do trabalhador que vende sua força de trabalho para produzir a mais-valia.

Revendo os significados do trabalho, Marx definiu o trabalho como “... um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põem em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (Marx, 1989a, p. 202).

Hoje o trabalho exige conhecimento multidisciplinar; é também a atividade laboral fonte de experiência psicossocial, sobretudo dada a sua centralidade na vida das pessoas: é indubitável que o trabalho ocupa parte importante do espaço e do tempo em que se desenvolve a vida humana. Assim, ele não é apenas meio de satisfação das necessidades básicas, é também fonte de identificação, de desenvolvimento das potencialidades humanas, de alcançar sentimento de participação nos objetivos da sociedade.

Segundo Padilha (2011, 3), o trabalho e profissão (ainda) são senhas de identidade, e as transformações que testemunhamos hoje, continuam ancorando sua existência na atividade laboral, mesmo aquelas que se encontram em situação de desemprego. A centralidade do trabalho dá-se não só na esfera econômica (o trabalho é a fonte de renda da maioria da população mundial) como também na esfera psíquica – o que, certamente, representa uma contradição, uma vez que a atividade laboral ainda parece ser uma importante fonte de saúde psíquica, (tanto que sua ausência, pelo desemprego ou pela aposentadoria, é causa de abalos psíquicos) ao mesmo tempo, em que se registram cada vez mais pesquisas que evidenciam o trabalho como causa de doenças físicas, (Meszaros, 2006), doenças mentais (Marcelino, 2011) e de mortes (Seligmann-Silva, 1994). É preciso perguntar: que tipo de trabalho adoece corpo e

mente e até mata? Certamente, não é o trabalho criativo, produtivo, prazeroso, que deveria ser central na vida das pessoas, colocado por Marx.

Quando afirmo ser o trabalho central na vida das pessoas, parto do olhar marxiano de que é por meio do trabalho que o homem torna-se um ser social. Assim, o trabalho é compreendido como momento decisivo na relação do homem com a natureza, pois ele modifica a sua própria natureza ao atuar sobre a natureza externa quando executa o ato de produção e de reprodução. Segundo Marx (1989a, p. 208), este processo é atividade dirigida com o fim de criar valores-de-uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas. Vale lembrar que quando se fala da dimensão do trabalho como categoria primeira está se pensando em atividade que cria valor-de-uso e que trava relações entre o homem e a natureza, ou seja, refiro ao trabalho concreto – que é divergente do trabalho abstrato, uma atividade estranhada e fetichizada, que cria valor-de-troca.

Com o desenvolvimento do capitalismo, a dimensão do trabalho concreto – que produz objetos úteis – perde espaço para a dimensão do trabalho abstrato. Nas sociedades contemporâneas, o uso perde valor para a troca; os produtos não são mais produzidos prioritariamente para serem usados até o seu fim. Esta é uma tendência que se acentua nas sociedades capitalistas nas quais a descartabilidade das mercadorias é cada vez mais prematura. O descarte, independentemente da qualidade da mercadoria, é induzido para que novos produtos sejam comprados, o que leva os produtos para o lixo muito antes de esgotada a sua vida útil (Navarro, 2011, 12).

Este processo se materializa no movimento de vida e de rotina do trabalhador em educação que de forma desumana assume, por “determinações”, esta prática social, se tornando também uma mercadoria, onde sua “durabilidade” se mostra nas condições de precariedade do seu trabalho, levando a enfermidades, ou seja, um profissional também descartável, isto exemplificarei no próximo item, na intensificação do trabalho, no aumento da jornada, nas tercerizações, nos oficineiros, nos projetos do “Mais educação”, etc.

Para Mészáros (1989) o modo capitalista de produção é inimigo da durabilidade, portanto deve solapar as práticas produtivas orientadas para a durabilidade, inclusive comprometendo deliberadamente a qualidade. O capitalismo traz consigo uma série de contradições, muitas delas relacionadas ao mundo do trabalho. Ao

mesmo tempo em que o trabalho é a fonte de humanização e é o fundador do ser social, sob a lógica do capital se torna degradado e alienado.

O Processo de Precarização do trabalhado

Este termo tem sido utilizado para designar perdas nos direitos trabalhistas, reduções das garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade, ocorridas na realidade das transformações do mundo do trabalho a partir dos anos 70, pois as economias passaram a enfrentar problemas que se expressam pelas baixas taxas de crescimento e elevação das taxas de inflação e das taxas de desemprego. Em termos gerais refere-se a um conjunto amplo e variado de mudanças em relação ao mercado de trabalho, condições de trabalho, qualificação dos trabalhadores e direitos trabalhistas, no contexto do processo de ruptura do modelo de desenvolvimento fordista e de emergência de um novo padrão produtivo. (Mattoso, 1995)

O mundo do trabalho é um jogo de forças comandado pelos interesses dos empregadores que, inserido numa realidade socioeconômica mais desfavorável aos não-qualificados, impõe trabalhos precarizados a uma enorme camada da população. Do setor industrial ao setor de serviços, do trabalho formal ao trabalho informal, tanto em espaços privados como em espaços públicos, em especial a educação. Incontáveis sujeitos vivem longe das possíveis vantagens que vêm do núcleo privilegiado do capitalismo.

Irene Galeazzi entende precarização do trabalho como situações laborais que se tornaram expressivas com a ocorrência da chamada ‘reestruturação produtiva’ sob égide neoliberal. Segundo ela, “a definição de trabalho precário contempla pelo menos duas dimensões: a ausência ou redução de direitos e garantias do trabalho e a qualidade no exercício da atividade”. (Galeazzi, 2006, p. 203)

No final dos anos 60 do último século o modelo fordista de desenvolvimento entra em crise: cresce a insatisfação dos operários com a organização taylorista-fordista de execução de tarefas maçantes e repetitivas, ainda que bem pagas; explodem movimentos sociais, sindicais e extra-sindicais; as empresas aumentam os preços gerando inflação, questionam os compromissos estabelecidos no *Welfare State*, e assumem políticas que prejudicam as conquistas trabalhistas.

Deste processo emergem mudanças marcadas pela inovação tecnológica, por mudanças nas formas de organização e gestão do trabalho e pela descentralização da produção, invertendo-se a tendência de verticalização das empresas. Cresce a terceirização, flexibilizam-se as relações trabalhistas, bem como muda a estrutura vertical das instituições emergindo um modelo de rede, com forte colaboração interempresas e intersetorial. A empresa ou instituição mantém o que é central e terceiriza parte do seu processo de produção.

Deste modo, o trabalho não é desenvolvido apenas pelo trabalhador assalariado e protegido pelos benefícios do Estado de bem-estar social. A flexibilização e estruturação de rede interempresarial possibilita que o processo de produção envolva trabalhadores submetidos a diversas formas de contratação, recebendo salários diferenciados para a realização de trabalhos semelhantes e sem os mesmos benefícios que os trabalhadores deveriam receber. A confecção de um produto pode resultar do trabalho desenvolvido de diversas formas: prestação de serviço, trabalho por tempo determinado, assalariados de empresas terceiras, membros de cooperativas, e outras. Essa multiplicidade de formas de contratação difere da padronização fordista e tem sido chamada pelos defensores de “flexibilização” (Piore & Sabel, 1984). Todas estas situações laborais são geradas e intensificadas no seio de um mesmo processo, em que busca garantir a competitividade pela via tecnológica e principalmente, pela desregulação das relações laborais e pela redução ou ausência dos direitos e garantias conquistados pelos trabalhadores ao longo do séc. XX.

Neste processo a educação e o sistema educacional brasileiro passam por diversas mudanças, reflexo deste movimento, há um crescimento brutal e constante das necessidades de incorporar um amplo contingente economicamente ativo, porém fora do mercado de trabalho. Aqui passa o processo de precarizações desde a falta de trabalhadores habilitados para atender em sistemas públicos, como a inserção de profissionais sem a devida formação para atender a demanda, medidas de autorização e de certificação pessoal, as mulheres foram incorporadas nos quadros do magistério e os órgãos governantes vêm até hoje tomando “decisões” para enfrentar esta precariedade ao longo das décadas.

Vasapollo apresenta que a chamada flexibilização do trabalho é a liberdade da empresa para despedir parte de seus empregados, sem penalidades, quando a produção e

as vendas diminuírem; liberdade da empresa em reduzir ou aumentar o horário de trabalho, repetidamente e sem aviso prévio, quando a produção necessite; faculdade da empresa de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho (...); possibilidade de a empresa subdividir a jornada de trabalho em dia e semana de sua conveniência, mudando os horários e as características (trabalho por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); liberdade para destinar parte de sua atividade a empresas externas; possibilidade de contratar trabalhadores em regime de trabalho temporário (...) diminuindo o pessoal efetivo a índices inferiores a 20% do total da empresa (Vasapollo, 2006, p. 45-46).

Este processo de flexibilização nada mais é que uma subcontratação onde as empresas em busca da qualidade excedente dos lucros e da competitividade, impulsiona a reestruturação das empresas com diversas funções e especializações. Contrata diretamente a mão de obra autônoma, que faz parte de uma organização que presta estes serviços a diversas empresas. Esta condição autônoma não incorpora os direitos e benefícios garantidos por lei ao trabalhador assalariado.

Mészáros (2011) vem contribuir colocando o Mito da “flexibilização” com o qual a pílula amarga é coberta de açúcar. Pois do que estamos a falar é de facto a grave tendência socioeconómica da equalização descendente (*downward equalisation*) da taxa de exploração diferencial. Ou seja, os obstáculos reais que confrontam o trabalho no presente e no futuro próximo podem ser resumidos em duas palavras: "*flexibilidade*" e "*desregulamentação*": dois dos mais queridos slogans das personificações do capital nos negócios de hoje e também na política. Eles pretendem soar muito atraentes e progressistas.

Na verdade, contudo, eles condensam as mais agressivas aspirações anti-trabalho e políticas neoliberais, apregoadas como recomendáveis para todo o ser racional tal como a maternidade e a torta de maçã. Pois a "flexibilidade" em relação às práticas de trabalho — a ser facilitada e forçada através de várias espécies de "desregulamentação" — aumenta na realidade a brutalidade da *eventualização* (*casualisation*) da força de trabalho. Ela é frequentemente emparelhada com legislação anti-trabalho autoritária — desde a supressão de Reagan dos controladores aéreos dos EUA até as longas séries de viciosas leis anti-trabalho de Margaret Thatcher: characteristicamente mantidas pelo governo "New Labour" de Tony Blair. E as mesmas pessoas que clamam ser a difusão das condições de trabalho mais precárias "*flexibilidade*" universalmente benéfica

também se atrevem a chamar a prática da legislação autoritária anti-trabalho de "*democracia*". (Mészáros, 2006, p 7)

Mészáros vem colocar que diante da crise estrutural do capital, só pode haver um caminho para tentar alargar as margens contraídas da acumulação de capital: a expensas do trabalho. Isto é uma estratégia promovida ativamente pelo Estado — na verdade, devido a esta necessidade, o papel intervencionista do Estado nunca foi tão grande.

A literatura também registra que a ‘precarização do trabalho’, com múltiplas relações contratuais, tem contribuído para aumentar as dificuldades de representação e atuação sindical deixando os trabalhadores desprotegidos e mais vulneráveis às exigências gerenciais e patronais (Mattoso, 1995; Pires, 1998). Sendo assim cabe ao movimento dos trabalhadores terem êxito em rearticular radicalmente suas próprias estratégias e formas de organização, orientando-as rumo à criação de um movimento de massas genuíno, a fim de fazer face ao desafio histórico. Porque o movimento em que se encontram os trabalhadores é um retrocesso histórico conduzindo importante parcela dos seres humanos a uma situação de extrema vulnerabilidade.

A Precarização da Educação Pública e dos trabalhadores em educação

O processo de precarização tem ocorrido com maior intensidade na produção industrial e nos setores de ponta da economia, mas têm afetado de modo diferenciado todos os setores da produção na sociedade. É visível no setor de serviços em geral (Offe, 1991), na educação, em particular, no trabalho do professor.

Valéria Padilha (2010, p. 550 - 551) sistematiza o trabalho precário como um conjunto de fatores – os quais podem ou não estar combinados – que caracterizam a atividade laboral de inúmeros trabalhadores. Inclusive, eu diria, dos trabalhadores da educação pública. (Grifo meu)

Os principais fatores são: a) desregulamentação e perdas dos direitos trabalhistas e sociais (flexibilização das leis e direitos trabalhistas); b) legalização de trabalhos temporários, em tempo parcial, e da informalização do trabalho; c) terceirização e quarteirização (‘terceirização em cascata’); d) intensificação do trabalho; e) aumento de jornada (duração do trabalho) com acúmulo de funções (polivalência); f) maior exposição a fatores de riscos para a saúde; g) rebaixamento dos níveis salariais; h) aumento de instabilidade no emprego; i) fragilização dos sindicatos e das ações

coletivas de resistência; j) feminização da mão-de-obra; e k) rotatividade estratégica (para rebaixamento de salários).

Alguns destes fatores favorecem as mudanças no âmbito da educação no Brasil como: o crescimento do número de trabalhadores contratados na rede pública, sem as totais garantias trabalhistas de que gozam os demais trabalhadores da instituição. Encontra-se: contratos temporários; trabalhadores contratados para realizar atividades pedagógicas sem ter o direito à horário de planejamento. Segundo os dados do IBGE, de 2007, há aspectos ainda piores que são os casos do estado de São Paulo e Goiás. Esses dados indicam que 21% dos professores informavam não possuírem contratos de trabalho nem pela CLT, nem pelo Estatuto dos funcionários públicos. Destes, 18% trabalham em setor público e 28% no setor privado. Não são contratos temporários previstos pela CLT, são professores eventuais sem contratos, que substituem faltas diárias de professores; estes ministram aulas, como prestadores de serviços para a Associação de Pais e Mestres, ou trabalho voluntário. (Souza, 2012, 04)

A flexibilização na contratação de monitores, sem formação específica, para desenvolverem oficinas de letramento, de matemática, de artesanato, de dança, teatro, etc, no turno inverso de aula do aluno das escolas públicas, caracterizando como turno integral, e estes monitores perpassam os espaços da escola sem conhecimento do projeto político pedagógico da instituição, e estes ganham uma ajuda de custo entre 120,00 e 250,00 reais. Este processo é um desmonte por dentro do setor público, inserindo estratégias políticas do setor privado, precarizando o trabalho dos profissionais. Este projeto do “Mais Educação” é defendido pelo governo brasileiro como “Educação Integral” tanto nas esferas municipais quanto estaduais. **Para ser uma Educação Integral** efetiva deve primeiro iniciar, contratando trabalhadores via concurso.

Este é um dos temas que é recorrente nos debates do Conselho de Representante da ATEMPA, pois em Porto Alegre a Educação integral é precarizada, conta com os programas federais de financiamento, e como os demais programas do MEC é uma educação precária, pois quem atende são oficineiros, como já citamos acima, que são remunerados pelas oficinas que ministram. Como é um trabalho nestes “moldes” os profissionais logo encontram outro, e os alunos ficam no pátio da escola sem atividades.

Como nos demais setores da produção, a terceirização também cresce na educação e no desenvolvimento do trabalho do professor e tem sido utilizada pelos empregadores tanto do setor público quanto do privado, para diminuir os custos com a

remuneração da força de trabalho e para fugir das conquistas salariais e direitos trabalhistas dos trabalhadores efetivos da instituição-original (Dieese, 1993; Pires, 1998; Pires, Gelbcke & Matos, 2004).

Nas instituições públicas o setor de serviços tanto da limpeza, como da alimentação, está quase totalmente terceirizado. De cada instituição escolar que se organiza com uma equipe de limpeza de mais ou menos quinze profissionais, apenas 1 ou 2 ainda são concursados, os outros são todos de empresas, que se diz “cooperativas”, terceirizadas. O mesmo ocorre no setor de alimentação. E não há mais concursos públicos para estas funções.

Estas cooperativas de trabalho se materializam na busca do rebaixamento dos custos da produção via redução do custo da mão-de-obra, esta é uma forma especial de terceirização. Com essas estratégias, eliminamos encargos sociais da folha de pagamento, uma vez que, estes trabalhadores das cooperativas não têm vínculos empregatício não tem, portanto, carteira assinada e não usufruem dos direitos trabalhistas e previdenciários básicos nem daqueles assegurados em convenção coletiva da categoria.

O trabalho precário está relacionado também aos vínculos de trabalho na Educação que não garantem os direitos trabalhistas e previdenciários consagrados em lei. Para as entidades sindicais CEPERGS, ATEMPA e SIMPA que representam os trabalhadores que atuam na educação, trabalho precário está caracterizado não apenas como ausência de direitos trabalhistas e previdenciários consagrados em lei, mas também como ausência de concurso público. Na rede estadual do RS, da totalidade de trabalhadores em educação, mais da metade dos professores, 50% que atendem a educação básica são contratados e não concursados.

Temos inúmeros casos de instituições estaduais e municipais, na qual alunos estão terminando o Ensino fundamental e ainda não tiveram aulas de matemáticas, português, ciências e outras áreas do conhecimento, ou quando muito só tem aula até o intervalo, ou, os alunos são encaminhados para suas residências por falta de professoras e professores. (Soares, 2012) Ou os professores e professoras que estão trabalhando na instituição, muitas vezes são forçados a lecionarem turnos e horas de trabalho superiores a sua jornada porque não chegam professores encaminhados pela mantenedora.

Outro aspecto de precarização é atuação de professores sem habilitação, a cada ano ou semestre, em disciplinas diferentes, esta rotina é frequente, porque faltam profissionais habilitados, ou seja, este processo demandam também professores flexíveis capazes de se adaptarem a nova disciplina e tudo o que ela engloba.

Professores sem habilitação atuando, a intensificação do trabalho e o aumento de jornada (duração do trabalho) com acúmulo de funções (polivalência), salários baixos, estes fatores colocam os trabalhadores em situações de vulnerabilidade, possibilitando uma maior exposição a fatores de riscos para a saúde. As múltiplas atividades do professor, essa polivalência, é a sobrecarga de trabalho, que, por sua vez, gera a necessidade de trabalho no tempo de lazer, com consequências em termos de desgaste físico e psíquico, assim como dificuldades na relação familiar. Os professores entrevistados relataram estarem submetidos a uma sobrecarga de trabalho, ausência de lazer e contato com a cultura, consequentemente, um isolamento da realidade social, e ainda segundo Hypolito (2008, 6-7) isolamento entre os trabalhadores da mesma instituição, pois à redução na qualidade do tempo, somente o “essencial” é realizado. Isso aumenta o isolamento, reduzindo as chances de interação (já que a participação motiva comportamento crítico) e limitando as possibilidades de reflexão conjunta. Habilidades coletivas de trabalho são perdidas ou reduzidas enquanto habilidades de gerência são incrementadas.

Uma das questões bem visíveis da precarização do trabalho do professor refere-se ao salário recebido pelo tempo de dedicação às suas funções, sobretudo quando se focaliza a imensa maioria, ou seja, os que atuam nas diversas escolas da rede pública. Segundo Siniscalco (2003) a dureza dessa realidade em comparação com outros países, inclusive aqueles com piores condições sociais e econômicas: o Brasil está acima apenas da Indonésia e quase empata com o Peru. Todos os demais oferecem salários mais elevados na educação primária. Na educação secundária também é um dos sete piores do mundo. Esse é um fator que incide pesadamente sobre a precarização do trabalho dos professores, pois a pauperização profissional significa pauperização da vida pessoal nas suas relações entre vida e trabalho, sobretudo no que tange ao acesso a bens culturais.

Sendo assim, muitos professores dobram sua carga horária de trabalho em escolas diferentes e em redes diferentes estadual, municipal e privada para garantir o mínimo das condições materiais de sobrevivência. Com o atual Governo de frente

popular Tarso Genro, no Rio Grande do Sul, a questão salarial dos trabalhadores em educação, nem a aplicação do piso da lei (11.738/08) rumo ao piso do DIEESE foram aplicados, nas instituições estaduais.

Outro aspecto a ressaltar é a feminização da mão-de-obra. As mulheres são a maioria na educação, chegando atualmente, a 80% o numero de sua participação nas bases das categorias. Mas isto se faz um registro histórico onde as mulheres desde o séc. XIX eram consideradas as “mais adequadas” para o exercício do magistério, não só as brasileiras, mas as mulheres da América Latina e Caribe. Em 1990 tínhamos 1,5 milhões de homens e 3,6 milhões de mulheres no exercício do magistério, em 1997 – 1,8 milhões de homens e 4,2 milhões de mulheres, segundo Siniscalco (2003), o Brasil é o 2º país de professoras mais jovem em matéria de educação primária e o 4º no âmbito das series finais do EM.

O nº elevado de alunos, fruto das politicas do governo da Ieda Crusius (2006 a 2010), a qual carregava a bandeira de um “novo jeito de governar”, fechando salas de aulas para enturmações, materializando politicas por meio de programas de alfabetização, reforçando com o Alfabetiza Rio Grande, traduzindo uma politica neoliberal, onde o dever do estado com a alfabetização passa a ser “um dever de todos nós”, um desdobramento dos programas Federais de alfabetização, fortalecendo as parcerias do público e do privado e precarizando as relações de trabalho dos professores. Reflexo das interferências de organismos internacionais de financiamentos presentes e decisivos nos projetos sociais.

Como parte da EJA, as escolas municipais e estaduais ainda contam com os programas federais como o **ProJovem** destinado aos jovens entre 18 e 24 anos que cursaram até a 4 série do Ensino Fundamental. É um programa para esses jovens concluírem o Ensino fundamental e iniciação profissional em 12 meses. Os trabalhadores em educação são contratados especialmente para o programa. Não precisa muita análise para ver que este programa oferece uma escolarização precária, no momento que condensa quatro anos em um, como também forma mão de obra precária destinados a quem realiza trabalhos precarizados, não bastasse os alunos, as relações de trabalho dos professores também é precarizada, visto que não são professores concursados que dão aula, seu emprego depende da continuidade do programa, acabando junto com sua conclusão.

Considerações Finais

O conjunto das transformações operadas no mundo do trabalho no último séc., as mudanças no processo capitalista de trabalho refletem uma contínua transformação dentro do mesmo processo de trabalho, atingindo principalmente a produção industrial e todos os setores da produção na sociedade, em especial a educação e a condições dos trabalhadores que vivem do seu trabalho, flexibilizados, desregulamentados, privatizados e precarizados. Todo este processo foi determinado pelas políticas Neoliberais, (dec. de 90) que se materializaram e materializam em programas federais de financiamentos e outros programas que contemplam esta política de sociedade.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, Marion Machado. **O trabalho dos professores e a Universidade do Estado do Mato Grosso em Sinop – MT na década de 1990. O sentido do coletivo.** Tese de Doutorado na FACED / UFRGS. Porto Alegre. 2010.
- DIEESE. **Os Trabalhadores Frente à Terceirização.** São Paulo, maio 1993. (Pesquisa Dieese, n. 7).
- GALEAZZI, Irene. **Precarização do trabalho.** In: CATTANI, Antonio David. Porto Alegre: UFRGS editora, 2006.
- HYPOLITO, A. M. **Intensificação e auto reestruturação auto-intensificação do trabalho Docente no contexto de reestruturação educativa.** VII Seminário Redestrado – *nuevas regulaciones en américa latina*. BUENOS AIRES, 2008.
- HOLZMANN, Lorena. **Dicionário de trabalho e tecnologia.** Porto Alegre: UFRGS editora, 2006.
- MARX, Karl. **Contribuição a critica da economia política.** In: **Os Pensadores.** São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- MARX, K. (1989a). **O capital, crítica da economia política:** Vol. 1. Livro 1. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil.
- MARX, Karl, **Trabalho alienado e superação positiva da autoalienação humana.** In: FERNANDES, Florestan (Org.). *Marx, Engels. História.* São Paulo: Ática, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 36)
- MATTOSO, J. E. L. **A Desordem do Trabalho.** São Paulo: Página Aberta / Escrita, 1995.
- MÉSZÁROS, István. **Desemprego e precarização: Um grande desafio para a esquerda. Revista. 2011.**
- OFFE, C. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991. v.2 – Perspectivas.
- SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental do trabalho dominado.** São Paulo/Rio de Janeiro: Cortez/UFRJ Editora. 1994.

SINISCALCO, M.T. Perfil estatístico da profissão docente. São Paulo: Moderna, 2003.

SOARES, Sonia Ribas de Souza. A Prática Social e a Formação dos trabalhadores na EJA na rede pública de Porto Alegre: um estudo de caso. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. Projeto tese doutoral. Qualificado 09/11/2010.

SOUZA, Aparecida Neri. Professores, Modernização e Precarização. IX Seminário Internacional de la Red Estrado. Políticas Educativas para a América Latina: Praxis docente y transformación social. Santiago de Chile. 18 y 20/07/2012.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e aprecariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista.**